



**Congreso Internacional de Pedagogía Social**

**Pedagogía Social y Desarrollo Humano**

XXX SEMINARIO INTERUNIVERSITARIO DE PEDAGOGÍA SOCIAL

Sevilla 8, 9 y 10 de Noviembre de 2017

## **DA COMPLEXIDADE... AS POSSIBILIDADES ALTERNATIVAS: UMA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SOCIAL EM PRISÕES NO PARANÁ.**

**SANDRA MARCIA DUARTE**  
[smduarte.sd@gmail.com](mailto:smduarte.sd@gmail.com)

**EVELCY MONTEIRO MACHADO**  
[evelcymm@gmail.com](mailto:evelcymm@gmail.com)

### **RESUMO**

O sistema carcerário brasileiro protagonizou nesse ano de 2017 uma sequência de sangrentas rebeliões. Tal episódio expôs a falta de políticas criminais e penitenciárias capazes de atender às demandas por direitos humanos fundamentais da população encarcerada (700 mil presos) e da sociedade civil por viver em segurança. Em resposta imediata, o governo central recrudescceu a repressão aos amotinados, ergueu muros e colocou as Forças Armadas nas ruas e nas prisões. Os discursos oficiais e as agendas se revestiram de uma retração às políticas promotoras da dignidade humana (ONU, 1952) para as prisões sob o argumento de prioridade à política de segurança pública visando os interesses da sociedade livre. Setores mais alinhados com a defesa dos direitos humanos da pessoa presa também se retraíram. Novo Plano Nacional de Segurança Pública foi apresentado selando a tendência à repressão, o recrudescimento das penas e construção de prisões. Tais medidas ferem o princípio da proibição do retrocesso do núcleo que compõe os direitos e garantias do ser humano. Exigindo vigilância e providência para a construção de políticas alternativas que conciliem os interesses dos cativos na sua territorialidade e da sociedade ampliada na garantia de uma vida digna e sem medo. O

---

<sup>1</sup> Pedagoga e Mestre em Educação pela UFPR. Especialista em Gestão Penitenciária. Tutora em Cursos à Distância do Ministério da Justiça e UFPr. Diretora Pedagógica da Escola Penitenciária do Estado do Paraná da Secretaria de Segurança Pública. Desenhista e Coordenadora de Cursos de formação de Operadores do Sistema Penal do Paraná presencial e à distância junto à escola de gestão Pública do Paraná. Pedagoga aposentada da Secretaria de Estado da Educação.

<sup>2</sup> Professora da Pós-graduação em Educação nos Cursos de Mestrado e Doutorado da UFPR Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Pedagogia, Complexidade e Educação da UFPR [evelcymm@gmail.com](mailto:evelcymm@gmail.com)



## Congreso Internacional de Pedagogía Social

### Pedagogía Social y Desarrollo Humano

XXX SEMINARIO INTERUNIVERSITARIO DE PEDAGOGÍA SOCIAL

Sevilla 8, 9 y 10 de Noviembre de 2017

que requer considerar a complexidade (MORIN, 2000) dos sujeitos que estão em presença nesse conflito de interesses, ou seja, dos cativos, da sociedade livre e do poder público representado pelos planejadores da política e seus executores no âmbito prisional. Alinhando a complexidade do universo prisional aos estudos de Paulo Freire em sua Pedagogia do Oprimido (1987), pode-se afirmar que quanto mais se violenta o preso em sua dignidade, tanto mais violenta se tornará a sua resposta quando estiver investido identitariamente com os sujeitos de sua territorialidade sob a condição de “massa” nos episódios de subversão da ordem pública e prisional. É nessa perspectiva que o Estado do Paraná vem desenvolvendo um projeto Piloto denominado “Cidadania nos Presídios”. Parceria envolvendo Universidade, Conselho Nacional de Justiça e o Departamento Penitenciário. Aliado às medidas de caráter jurídico o projeto prevê uma Penitenciária Modelo pautada no atendimento às demandas sociais, ao ensino formal e formação para o trabalho de jovens presos. A proposta está ancorada nas Diretrizes Nacionais para Educação nas Prisões do Ministério da Educação (2010) e Ministério da Justiça (2009) e na legislação nacional para o setor além das orientações e normatizações supranacionais. Alinha-se a estudos e pesquisas oficiais já desenvolvidas junto à Secretaria de Educação, Justiça e Cidadania e Universidade Federal (2007-2009) que deram causa à pesquisa realizada ao longo do desenvolvimento do Mestrado na linha de Políticas Públicas e no Núcleo de Pesquisa em Pedagogia Social – NEPS/UFPr. Discutiu-se naquela dissertação os três contextos da política de educação para as prisões. Em sua principal contribuição revelou a necessidade de se considerar o caráter de educação social dos operadores do cárcere sendo estes os maiores protagonistas das aprendizagens sociais vivenciadas pelos presos no contexto da prática. O presente artigo objetiva apresentar uma análise de conteúdo do Plano Estadual de Educação para as Prisões do Estado que orienta essa ação educativa e do Projeto de criação dessa Unidade Penal Inovadora. Evidenciando os marcos legal, institucional, teórico dessa política e seu alinhamento com a educação social pretendida assim como, os critérios de seleção dos profissionais envolvidos. Interessou, sobretudo, dar continuidade à pesquisa iniciada na dissertação por se perceber que ao enunciar no projeto o atendimento social abriu-se uma fissura na blindada estrutura carcerária que impede a ruptura com as práticas conservadoras da ordem e da disciplina, na medida em que a unidade toda se reveste de caráter educativo, para além dos limites da educação formal. Na análise se buscou conhecer os principais atores envolvidos na definição da política e suas motivações, justificativas e objetivos finais procurando estabelecer os elos da rede de interesses. No conteúdo do texto que deu forma à política de criação de unidades penais especiais visando à educação social, formal e para o trabalho se procurou perceber seus conteúdos mais latentes, o que mais se espera dessa atividade educativa. No campo da execução da política se analisou o processo seletivo dos operadores e seu compromisso com a educação social dos presos. Essa abordagem dos sujeitos se tornou rica considerando que em todo o desenvolvimento da dissertação as contradições e animosidades estruturais entre presos e os operadores foi apresentada pelos teóricos analisados e relatórios oficiais nacionais e supranacionais como o grande obstáculo para a efetivação, no chão do cárcere, das políticas de garantias de direitos, sobretudo, à educação.

**Palavras-chave:** Políticas Públicas. Direitos Humanos. Educação Social. Sistema.



# Congreso Internacional de Pedagogía Social

## Pedagogía Social y Desarrollo Humano

XXX SEMINARIO INTERUNIVERSITARIO DE PEDAGOGÍA SOCIAL

Sevilla 8, 9 y 10 de Noviembre de 2017